



ARGENTINA

Milei ameaça cortar o dinheiro de governadores

Em reunião de gabinete, no dia seguinte à greve geral convocada pelos sindicatos, presidente anuncia a retaliação às províncias que não apoiarem a reforma econômica e trabalhista. A "Lei Ônibus" deve ser votada pelo Congresso dia 30

» RODRIGO CRAVEIRO

Às vésperas da votação da "Lei Ônibus" — texto que prevê uma revolução no sistema econômico argentino e mudanças na legislação trabalhista — na Câmara dos Deputados, o presidente ultralibertário Javier Milei fez uma ameaça aos governadores provinciais, caso não viabilizem a aprovação da medida no Congresso. Durante reunião de gabinete, Milei disparou: "Vou deixá-los sem um peso, vou derreter todos eles". O aviso aos governadores foi feito por meio de uma declaração direcionada ao ministro da Economia, Luis Caputo, de acordo com o jornal *Clarín*. A expectativa é de que o texto seja votado pelo Congresso na próxima terça-feira. A imprensa argentina calcula que o projeto de lei precisa de mais 25 votos para ser aprovado.

Na quarta-feira, Milei enfrentou sua primeira greve geral e uma manifestação que reuniu dezenas de milhares de pessoas na Plaza Congreso, em Buenos Aires. Ambos movimentos foram convocados pela Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT). A ameaça de Milei expôs o nervosismo da Casa Rosada ante a dificuldade em negociar os votos necessários na Câmara, onde o governo tem minoria. Com 664 artigos em sua redação original — 141 deles foram revogados ou excluídos por Milei —, a "Lei Ônibus", entre outras coisas, limita o direito de greve, modifica o financiamento sindical, valoriza o livre mercado e cria regulações sobre os alugueis, além de propor a privatização de estatais.

Em nota publicada na rede social X, o antigo Twitter, Caputo engrossou o coro e também advertiu os governadores: "As dotações às províncias serão imediatamente, caso algum dos artigos (da Lei Ônibus) seja rejeitado". "Não é uma ameaça, é a confirmação que vamos cumprir com o mandato que nos foi concedido pela maioria dos argentinos de equilibrar as contas fiscais para terminar com décadas

Tomas Cuesta/AFP



Boneco do presidente Milei é usado durante o protesto de quarta-feira, em Buenos Aires: "Vou deixá-los sem um peso, vou derreter todos eles"

de inflação e flagelo econômico", explicou. Caputo participou de um encontro com representantes de entidades empresariais, na Casa Rosada, e explicou que o aumento de impostos será uma "decisão passageira", até o país alcançar o "déficit zero". "Estamos tomando medidas desagradáveis e que vão contra nossas convicções", declarou o ministro, segundo o jornal *La Nación*.

Pressão

Até o fechamento desta edição, Axel Kicillof, governador da província de Buenos Aires, não tinha reagido às palavras de Milei e de Caputo. No entanto, na quarta-feira, ele alertou que as medidas do governo federal "colocam em risco o trabalho e a produção, complicando a vida de milhões de argentinos".

» Encontro com o papa Francisco

O presidente Javier Milei será recebido, na manhã de 12 de fevereiro, segunda-feira, pelo papa Francisco no Vaticano. A informação foi divulgada pelo jornal argentino *Clarín*, citando fontes envolvidas na viagem do ultralibertário. O encontro ocorrerá no Palácio Apostólico. Fernanda Silva, embaixadora da Argentina no Vaticano, solicitou a reunião à Santa Sé. Depois de fazer duras críticas ao papa, Milei escreveu uma carta, de próprio punho, ao pontífice, na qual convidou Francisco a Buenos Aires.

"Sabemos que esses planos de ajuste sempre são pagos pelos trabalhadores, pelos aposentados e pela classe média. Não aceitaremos nenhum tipo de pressão", avisou Kicillof.

Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA), admitiu que a ameaça de Milei é "uma reação própria de alguém

que não tem experiência política". "Os políticos sabem que às vezes ganham, outras vezes perdem. E que, em toda negociação, se perde e se ganha um pouco. Milei não está acostumado a negociar; entende que a lei é imposta 'a tudo ou nada'", comentou. O estudioso alertou que esse tipo de comportamento pode levar a um conflito com

os governadores e com o Congresso, além de colocar em risco a governabilidade. "Governar assim tem um custo muito alto", disse. Ele acredita que a "Lei Ônibus" corre perigo de ser reprovada pelos congressistas, ainda mais em meio a uma atmosfera de tensão e de embate. Para De Luca, Milei destoa de todos os outros ex-presidentes da Argentina. "Os mandatários anteriores tinham sido governadores, senadores ou deputados. Sabiam negociar e entendiam que podiam perder uma votação. Milei não tem experiência nisso, nem mesmo seu grupo de ministros", ressaltou.

Também ao *Correio*, Eduardo Belliboni — líder do movimento Polo Obrero e responsável pela organização de piquetes em Buenos Aires — disse nada esperar de

Eu acho...



Fotos: Arquivo pessoal

"Javier Milei não construiu um 'governo de coalizão', não somou outros partidos ao seu governo. Por esse motivo, sua base de apoio legislativo é baixíssima. Se suas medidas não forem negociadas com o Congresso, em breve o seu governo sofrerá uma paralisação. E, se a situação econômica não melhorar, dificilmente ele terminará o mandato." Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA)

Milei. "É um governo contrário aos trabalhadores e antidemocrático. As afirmações de Milei são sempre declarações de guerra contra o povo", afirmou. O líder sindicalista não descartou a aprovação da "Lei Ônibus" no Congresso. "Alguns deputados peronistas estão se vendendo", lamentou.

Secretário-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha da Argentina, Alejandro Crespo somou-se aos protestos e à greve geral de quarta-feira. Na opinião dele, as ameaças de Caputo e de Milei aos governadores são "a expressão dos métodos deste governo para tentar aprovar a legislação antitrabalhadores e descarregar a crise sobre toda a população argentina".

Crespo explica que os governadores desejam a volta de um imposto sobre o salário, a fim de retirar os ganhos dos trabalhadores. "O governo passa por uma crise e recorre a tudo para impor um ajuste macabro e eliminar direitos conquistados por nossos pais e avós. A atual geração de trabalhadores não abrirá mão de todos os seus direitos para deixar os filhos expostos às piores condições de vida. Nós lutaremos por novas conquistas."

ESTADOS UNIDOS

Trump depõe em julgamento por difamar escritora

Donald Trump subiu ao estrado da Corte Federal de Manhattan para depor no julgamento do processo por difamação movido contra ele pela escritora E. Jean Carroll. O depoimento ante o tribunal ocorreu após suas vitórias nas primeiras votações das primárias que definirão o candidato presidencial republicano nas eleições de novembro.

O ex-presidente, que esteve em diversas audiências desde que o julgamento começou, em 16 de janeiro, retornou ao tribunal ontem, depois de um breve receso devido à enfermidade de um dos jurados, com a aura da vitória contundente obtida nos estados de Iowa e de New Hampshire na disputa interna do Partido Republicano para indicação presidencial.

Após negociações árdidas e tensas entre o juiz de instrução Lewis Kaplan e sua advogada Alina Habba, Trump, visivelmente frustrado, limitou-se a responder

a três perguntas de sua defesa no início da tarde, constatou a agência France-Presse. O juiz determinou que o magnata respondesse "sim" ou "não" para evitar que ele pudesse utilizar seu depoimento no banco das testemunhas para atacar Carroll, que estava diante dele, como costuma fazer nas redes sociais e entrevistas coletivas.

"Quero saber tudo o que vai dizer", ordenou o juiz. "Ela (Carroll) diz algo que considero falso", afirmou Trump ao responder a uma pergunta, antes de ser interrompido por Kaplan. Durante a audiência, que começou pela manhã, Trump, de 77 anos, exclamou: "Nunca conheci essa mulher", dirigindo-se a Carroll. "Abaixe o tom da voz!", ordenou-lhe o magistrado. O interrogatório da defesa de Carroll também foi breve, e um furioso Trump balançava a cabeça decepcionado. "Isto não é os Estados Unidos", protestou, enquanto deixava a sala do tribunal.

Angela Weiss/AFP



Donald Trump cerra o punho ao partir para o julgamento, em Nova York

A escritora e jornalista E. Jean Carroll, de 80 anos, reivindica uma indenização de US\$ 10 milhões (cerca de R\$ 49 milhões,

na cotação atual) do republicano por difamação, após a publicação de um livro e de um artigo, em 2019, nos quais contava que

Trump a teria estuprado em um provador de uma loja de departamento em 1996.

Em maio de 2023, um júri considerou o magnata culpado de agressão sexual e difamação e o condenou a pagar à ex-colunista da revista *Elle* US\$ 5 milhões (cerca de R\$ 24 milhões), uma decisão da qual Trump recorreu. Neste segundo julgamento, um júri anônimo, formado por sete homens e duas mulheres que respondem a um número, pois seus nomes sequer podem ser conhecidos entre eles mesmos, terá que determinar se as declarações do ex-presidente dos Estados Unidos constituem difamação.

"Tarada"

Trump, que costuma chamar

Carroll de "tarada", garantiu, no primeiro julgamento, que a jornalista "não fazia seu tipo" e tinha inventado o estupro para "vender seu novo livro", intitulado *Para que precisamos dos homens? Uma modesta proposta*. ("Trump) destruiu minha reputação", disse a escritora no julgamento.

91

Total de acusações penais que pesam sobre Trump em vários tribunais, a maioria relacionada com suas tentativas de permanecer no poder após a derrota nas eleições de 2020 para o democrata Joe Biden.

Na noite de quarta-feira, em sua plataforma Truth Social, Donald Trump lançou pelo menos 37 tiradas contra sua denunciante.

O magnata repete que "jamais tinha visto ela em sua vida", apesar de, no primeiro julgamento, a defesa de Carroll ter apresentado uma foto em que os dois aparecem sorridentes, com seus respectivos companheiros da época.